

## O PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO IFCE À LUZ DO IMPERIALISMO LINGUÍSTICO

Renan Gomes Rebouças <sup>1</sup>  
Francisco José Alves de Aquino <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado que está em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Trata-se de uma investigação historiográfica acerca do ensino da língua inglesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – nas suas diferentes institucionalidades. O objetivo geral da pesquisa é identificar o percurso histórico do ensino da língua inglesa dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desenvolvida no IFCE, que responde à questão investigativa sobre a hegemonia dessa língua ao longo das institucionalidades federais da educação profissional no Ceará. Nosso referencial teórico se baseia nas contribuições de Phillipson (1992, 2010) sobre imperialismo linguístico; e Saviani (2007) e Ramos (2014) sobre as bases conceituais atuais da EPT. Os procedimentos metodológicos se orientam a partir do paradigma epistemológico do materialismo histórico-dialético. As técnicas para coleta e produção de dados são pesquisas bibliográfica e documental, além de entrevistas com professores do IFCE que tenham vivenciado outras institucionalidades da rede, o que denota uma abordagem qualitativa. Os resultados parciais apontam para o desvelamento das influências direta e indireta de órgãos e agências governamentais e privados de países anglófonos hegemônicos para o fomento da necessidade global da língua inglesa.

**Palavras-chave:** Ensino da língua inglesa, Imperialismo linguístico, EPT.

### INTRODUÇÃO

O ensino da língua inglesa tem hegemonia nos currículos dos cursos ofertados atualmente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), quando se observa, por exemplo, que na instituição a única habilitação do curso de licenciatura em Letras em língua estrangeira é a de língua inglesa. Outra constatação é que existe pelo menos um/a professor/a da referida língua em cada campus do IFCE, o mesmo não sendo observado para outras línguas, como espanhol e francês. Com vistas a entender as razões que levaram a este cenário atual de hegemonia do ensino da língua inglesa no IFCE, está-se desenvolvendo uma investigação historiográfica, por meio de uma pesquisa de mestrado, dentro do Programa de Pós-graduação em Educação

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - CE, [renan.reboucas@ifce.edu.br](mailto:renan.reboucas@ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Professor orientador: doutor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - CE, [fcoalves\\_aq@ifce.edu.br](mailto:fcoalves_aq@ifce.edu.br);

Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pela instituição associada IFCE. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais alcançados pela pesquisa em seu estágio atual.

Segundo a lei de criação dos Institutos Federais, lei nº 11.892/2008, pelo menos 50% das vagas ofertadas pela instituição devem ser voltadas para educação profissional técnica de nível médio. Ainda conforme a lei mencionada, também deve-se ofertar cursos tecnológicos em nível de graduação, além de cursos de licenciatura. Portanto, os Institutos Federais são especializados em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, a fim de compreender as bases conceituais que regem esta instituição singular, buscamos em Ramos (2014) e Saviani (2007) os princípios pedagógicos que constroem a identidade dos Institutos Federais. Tais princípios também norteiam a concepção de ensino de língua estrangeira no IFCE, segundo a política linguística da instituição, a qual aponta para uma perspectiva plurilíngue dos currículos e que promova condições para o ensino de línguas em todos os cursos do IFCE, buscando valorização das diferentes culturas que existem no mundo.

Phillipson (1992, 2010) apresenta o conceito de imperialismo linguístico do qual lançaremos mão a fim de contribuir com um viés mais crítico para a investigação historiográfica que propomos neste estudo. O conceito de imperialismo linguístico coaduna o paradigma epistemológico do materialismo histórico dialético, que elegemos como método para analisar a realidade que vem sendo construída ao longo do tempo para se chegar à hegemonia atual do ensino da língua inglesa no IFCE. Eventualmente, tanto o referido conceito quanto o referido paradigma epistemológico desvelam as forças contraditórias que estiveram em disputa nesse percurso histórico.

## **METODOLOGIA**

Com o intuito de revelar de forma crítica os caminhos históricos que levaram à hegemonia atual do ensino da língua inglesa nos cursos ofertados pelo IFCE, este estudo utilizou do materialismo histórico dialético como método de análise da realidade. Portanto, nosso percurso metodológico tratou de investigar o ensino de inglês no IFCE numa perspectiva histórico-crítica, com vistas a desvelar as influências diretas e indiretas dos mecanismos que organizaram e organizam os espaços educativos no IFCE concernentes ao ensino da língua em questão.

Como técnica de pesquisa para coleta de dados, usamos a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é, naturalmente, indispensável nos estudos históricos, uma vez que ela proporciona um conjunto de dados de acesso mais fácil e mais prático do que aquele que se poderia levantar diretamente como, por exemplo, por meio de pesquisa documental, a qual demandaria mais tempo e mais profundidade do que se exige para um artigo científico. Dessa forma, buscamos explorar os estudos e pesquisas que já foram publicados como dissertações, teses, artigos científicos e/ou livros acerca da educação profissional e tecnológica no tocante ao ensino da língua inglesa numa perspectiva histórica. Conforme descrevem Marconi e Lakatos (2017), consideramos a pesquisa bibliográfica como um levantamento de documentação indireta, isto é, dos trabalhos de autores que já tiveram tratamentos analítico e científico e que foram devidamente revisados por pares – em contraposição àquela documentação produzida no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Quanto à pesquisa documental, para este artigo, não a utilizamos, pois a ida a campo ainda fará parte de uma das etapas da pesquisa do mestrado em espaços como o Memorial do IFCE Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, IFCE campus Fortaleza no seu Arquivo Central e a Biblioteca Pública Estadual do Ceará, entre outros.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Situamos primeiramente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará como uma instituição que oferta Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para explicitar a idiossincrasia desta instituição, apresentaremos nesta seção os princípios pedagógicos da EPT segundo Ramos (2014), bem como as bases filosóficas da relação trabalho e educação segundo Saviani (2007). Em seguida, dialogaremos com o conceito de imperialismo linguístico cunhado por Phillipson (1992, 2010) para dar um viés crítico à nossa investigação sobre o percurso histórico do ensino da língua inglesa no IFCE.

As concepções de educação profissional com o advento dos IFs voltaram a ter como pauta o comprometimento com a formação humana em sua totalidade, cujas discussões tiveram início na época da Assembleia Constituinte na segunda metade da década de 1980. Enfim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica de 2021 (BRASIL, 2021) formalizaram essas concepções no documento. Fundamentos como o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a formação humana integral, os quais perfazem os princípios norteadores

atuais da EPT, estão contidos nas diretrizes de 2021. Os Institutos Federais são atualmente a maior referência de oferta de educação profissional nas mais variadas formas preconizadas nas diretrizes, como ensino médio integrado ao ensino técnico, educação de jovens e adultos integrada ao ensino técnico e cursos superiores de tecnologia, entre outras modalidades.

A indissociabilidade entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia, dimensões que constituem o ser humano, representa o fundamento principal para uma formação humana integral, entendida como o reconhecimento da realidade como uma totalidade, que foi produzida e acumulada social e historicamente pelos sujeitos e sobre a qual a escola integrada se responsabiliza em compartilhar com os indivíduos em formação, fator que perfaz a cultura em que o indivíduo se insere. O conceito de trabalho como princípio educativo está no reconhecimento das dimensões ontológica e histórica do trabalho. Esse conceito também faz parte da constituição da escola integrada, pois é preciso entender que a ontologia do trabalho está em transformar a natureza em benefício da vida do ser humano em sociedade e que o trabalho se transforma a partir das relações sociais de produção da realidade, de onde também se retira a dimensão econômica do trabalho. A escola comprometida com a criatividade e a curiosidade inata do ser humano está subentendida com a promoção da pesquisa como princípio pedagógico, fator preponderante para a produção do conhecimento que, eventualmente, produz a ciência e a tecnologia (RAMOS, 2014, p.85). Essas apresentações de ordem filosófica dos pressupostos pedagógicos da EPT atualmente desenvolvida no Brasil nos apontam para a promoção de uma educação profissional articulada com a educação básica para o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Saviani (2007) aborda os fundamentos ontológicos e históricos que condicionam a relação entre trabalho e educação. Essa relação está no âmago das bases conceituais que regem a EPT atualmente no Brasil. Ontologicamente, o ser humano se estabelece como tal a partir do trabalho que desempenha diretamente para transformar a natureza em seu benefício. Esse tipo de trabalho é a base que produz a existência humana e estabelece as relações sociais de produção na coletividade. As diferentes gerações acumularam experiências positivas e negativas sobre como desenvolver esse trabalho e se comprometeram em repassar para as gerações subsequentes sua ciência e tecnologia no tocante à transformação da natureza. Vê-se então o primórdio do processo educacional, no qual o ser humano, no próprio trabalho, aprende e ensina as técnicas que subjazem sua atividade laboral. Isso significa o conceito do trabalho como princípio educativo, que com

o passar do tempo foi-se perdendo uma vez que a divisão social do trabalho favoreceu a separação do trabalho intelectual e braçal com o advento de máquinas e novas tecnologias em função do capitalismo.

O desafio da escola atual, sobretudo a que desenvolve educação profissional, está em resgatar o princípio da politecnia, a qual consiste na reunificação do trabalho intelectual e o trabalho produtivo. Essa união estabelece como ponto de partida o reconhecimento por parte do educando dos fundamentos científicos que estão por trás de dada tecnologia, o que permitiria eventualmente a produção de novas tecnologias, e não meramente sua reprodução.

## **O IMPERIALISMO LINGUÍSTICO PARA ENTENDER O INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA**

Os interesses inerentes ao processo de internacionalização de uma língua e da cultura veiculada por ela perfazem o objeto de análise de Robert Phillipson em 1992, quando publicou a obra *Linguistic Imperialism*, na qual disserta sobre os aspectos que estão subjacentes ao fato de uma língua ser difundida para além das fronteiras da comunidade que a fala como língua materna. O principal foco do autor é sobre o caminho que o inglês traçou até se tornar um idioma global. O conceito de imperialismo linguístico desenvolvido ao longo da obra de Phillipson (1992) corresponderá uma importante categoria de análise para nosso trabalho de investigar o percurso histórico do ensino de língua inglesa dentro da EPT desenvolvida no IFCE e sua ligação com o poderio econômico e cultural dos Estados Unidos e/ou outros países anglófonos hegemônicos.

Phillipson (1992) inicia a construção do conceito de imperialismo linguístico ao exemplificar episódios ao longo da história em que sociedades estiveram atentas à difusão de suas línguas maternas além de suas fronteiras nacionais, como o plano de estabelecer o castelhano como ferramenta de conquista do exterior apresentado pelo gramático espanhol Antonio de Nebrija à rainha da Espanha em 1492 (PHILLIPSON, 1992, p. 31). Mais recentemente, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, o governo dos Estados Unidos, em parcerias com órgãos privados do país, investiu em ações para a propagação da língua inglesa pelo mundo. Programas de intercâmbios de professores e outros projetos relacionados ao ensino da língua inglesa no exterior foram fomentados por entidades como *US Department of State* (com o programa Fulbright), *US Agency for International Development (USAID)*, *US Office of Education*, dentre outras agências governamentais,

além de organizações privadas como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford (PHILLIPSON, 1992, p. 160). Iniciativas de outras nações hegemônicas também puderam ser observadas ao longo da história, como a da França que, ao identificar a queda do prestígio internacional da língua francesa no período após a Segunda Guerra Mundial, criou uma instituição exclusivamente responsável pela difusão da língua nacional ao redor do mundo, o *Haut Comité pour la Défense et l'Expansion de la Langue Française* (LACOSTE E RAJAGOPALAN, 2005, p. 142).

Em seguida, Phillipson (1992) apresenta um esquema segundo o qual a promoção, especificamente, da língua inglesa está diretamente atrelada às relações de poder entre culturas dominantes e culturas dominadas ou entre países centrais e países periféricos. Dentre os países centrais, Phillipson (1992) destaca aqueles em que a língua inglesa é dominante (ainda que não signifique que seja a língua oficial ou a única falada nesses países), como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Quanto aos países periféricos, há a distinção entre aqueles em que a língua inglesa foi imposta durante o processo de colonização e aqueles em que o inglês é utilizado para comunicação internacional. A essas relações de poder, em que uma sociedade pode dominar a outra por meio da língua, Phillipson utiliza o termo imperialismo linguístico (PHILLIPSON, 1992, p. 17).

O conceito de imperialismo linguístico dialoga com o conceito de imperialismo cultural cunhado pelo sociólogo norueguês Johan Galtung em sua obra de 1971 *A structural theory of imperialism*, na qual o autor sinaliza a existência de outros quatro tipos de imperialismo: econômico, político, militar e comunicativo. Phillipson (1992) defende o imperialismo linguístico como um subtipo do imperialismo cultural. O conceito é desenvolvido a partir do resgate histórico das diferentes fases do imperialismo. Na primeira fase – o colonialismo – os países centrais agiram diretamente nos países periféricos, impondo-se econômica, militar, cultural e politicamente. Na segunda fase – o neo-colonialismo – as classes dominantes dos países periféricos são quem mantêm ligações com as organizações internacionais dos países centrais para o exercício dos poderes econômico, militar, político e cultural. No colonialismo, Phillipson (1992) nos apresenta a figura do chicote, para representar como os países centrais impunham seu poder, o que explica a imposição da língua do colonizador aos colonizados, ainda que estes possuíssem suas línguas nativas. No neo-colonialismo, em vez do chicote, apresentam-se cenouras (uma metáfora que referencia a barganha), as quais se materializam por meio de acordos assimétricos entre dois governos para a difusão de suas

culturas e línguas, marcando uma dominação mais discreta, baseada na identificação cultural e na valorização da língua inglesa. Em 1992, Phillipson já vislumbrava uma terceira fase do imperialismo – o neo-neo-colonialismo – no qual as ideias seriam o objeto da vez (no lugar dos chicotes e cenouras das fases anteriores), a serem veiculadas principalmente por meio da tecnologia da informação, denotando uma estratégia mais sutil e, portanto, de difícil percepção. Por meio do imperialismo linguístico, os outros tipos de imperialismo se estabelecem, pois, segundo Phillipson (1992), a língua é a responsável pela transmissão das ideias. Isto é, a língua é uma das formas pelas quais os tipos de imperialismo se materializam. Eventualmente, o idioma dos países centrais é o escolhido para mediar essas relações de poder (PHILLIPSON, 1992, p. 53).

Phillipson (1992) ainda aborda um fator que, segundo ele, opera no estabelecimento do imperialismo linguístico: o *linguicismo*. A exemplo do racismo, sexismo e outras mazelas sociais que tem o sufixo -ismo acoplado, o *linguicismo* consiste na exclusão e estigmatização sistemáticas das línguas dominadas de tal forma que a língua dominante pareça ser a ideal para legitimar a ideologia e a cultura dos países centrais. O *linguicismo* pode ser observado, por exemplo, quando empréstimos linguísticos são tomados da língua dominante para a língua dominada, ainda que qualquer língua, obviamente, seja capaz de criar vocábulos mesmo para inovações tecnológicas que sua comunidade não tenha desenvolvido. Uma outra situação em que o *linguicismo* opera, segundo Phillipson (1992), está no fato de haver uma gama muito maior de investimento para a profissionalização do ensino da língua inglesa como língua estrangeira do que para outras línguas. A alocação de recursos é prioritária para o ensino de inglês, por exemplo, na produção de material didático e no fomento de pesquisas voltadas para a pedagogia das línguas, onde também pode-se observar que os países centrais geralmente proveem professores e métodos de ensino e os países periféricos alunos, estabelecendo, assim, uma relação de dependência entre o centro e a periferia (PHILLIPSON, 1992, p. 58).

É observado por Phillipson (1992) que nem sempre é possível delegar unicamente ao imperialismo linguístico a hegemonia do ensino de uma língua estrangeira em detrimento de outras, pois os atores dos países periféricos não são meramente espectadores passivos e nem toda decisão política que ocorre nesses países é determinação dos países centrais. Assim, evita-se cair no maniqueísmo de atribuir a teorias da conspiração tudo que ocorra em países periféricos. Por outro lado, Phillipson (1992) também joga luz na crença de que o trabalho do professor de língua inglesa nos países periféricos é apolítico. Essa visão possibilita a introjeção acrítica de valores e



ideologias dos países centrais, denotando a língua inglesa como um verdadeiro bem cultural, ou mesmo uma *commodity*, a qual é consumida tanto em salas de aula quanto em salas de cinema, o que pode transformar o papel do professor em agente da aculturação, a serviço do imperialismo linguístico, em detrimento da própria cultura (PHILLIPSON, 1992, p. 73). Sobre isso, Phillipson observa que os cursos de formação de professores de língua inglesa sempre estiveram mais preocupados puramente com a dominação de técnicas de ensino, com pouca vinculação a teorias da educação, dos estudos culturais ou da sociologia, contribuindo para o surgimento de falácias sobre o ensino de inglês, como por exemplo o ensino monolíngue de inglês ou quanto mais cedo se iniciar o estudo de inglês melhor para o aprendiz, dentre outras falácias (PHILLIPSON, 1992, p. 255).

Em 2010, Robert Phillipson revisa e reafirma seu conceito de imperialismo linguístico ao publicar a obra *Linguistic Imperialism Continued*, na qual também rebate críticas que recebeu ao longo do hiato desde a publicação de *Linguistic Imperialism* em 1992. Phillipson afirma que a discussão sobre imperialismo linguístico ainda é relevante e que precisa de atualizações concernentes ao século XXI. Assim, enfoca as consequências da chamada globalização que se desenvolveu em ritmo acelerado entre os dezoito anos que separaram as duas obras. Segundo Phillipson (2010), o papel da língua inglesa está a serviço das grandes corporações econômicas que regem o mundo globalizado e que isso tem despertado, por exemplo, reações protecionistas nas políticas linguísticas dos países. Uma das principais críticas que Phillipson (2010) rebate está nas acusações de que sua obra não passa de teoria da conspiração, para o que afirma que não há como desconectar as línguas de fatores históricos, correndo o risco de, ao fazê-lo, estabelecer uma espécie de conspiração pelo silêncio. Phillipson também combate o conceito de inglês como língua franca que tomou os debates na Europa, defendendo que não há democracia na concepção do termo e que seria mais adequado afirmar o inglês como língua econômica, bélica, acadêmica ou emotiva, dentre outras concepções, numa alusão aos esforços imperialistas empreendidos sobretudo por Estados Unidos e Reino Unido que eventualmente consistiram na morte de diversas línguas e culturas, jogando luz num suposto genocídio linguístico.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossa pesquisa bibliográfica no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao investigar sobre o ineditismo da temática de nosso trabalho, partimos primeiramente de descritores específicos, como “inglês no IFCE”, para descritores mais abrangentes, como “inglês no Brasil”. Quanto mais específico o descritor, menos resultados aderentes à nossa temática encontramos. Por outro lado, para o descritor mais abrangente “inglês no Brasil”, encontramos 47 teses e dissertações, das quais elegemos duas como nosso referencial teórico para a pesquisa de mestrado, com aderência à nossa temática. A tese “Americanismo e Antiamericanismo: o ensino de inglês no Brasil de 1931 a 1951” (GOMES, 2019) analisa a interferência cultural, política e econômica dos Estados Unidos no Brasil, o que dá aderência à categoria do imperialismo linguístico, desenvolvida por Robert Phillipson (1992, 2010). Já a tese “A Instituição do Ensino de Línguas Vivas no Brasil: o caso da língua inglesa (1809-1890) (OLIVEIRA, 2006)” nos chamou atenção por dois motivos: pelo extenso período descrito; e pela valiosa pesquisa documental transformada em historiografia do ensino de línguas no Brasil.

Entretanto, para satisfazer o objetivo deste artigo, isto é, apresentar os resultados parciais alcançados pela pesquisa em seu estágio atual, vamos nos ater somente aos achados de nossa pesquisa bibliográfica referente ao diálogo entre o conceito de imperialismo linguístico e o percurso histórico do ensino de língua inglesa no IFCE. Encontramos o livro publicado em 2015, intitulado “Yes, Nós Temos Memória”, organizado por Angela de Alencar Carvalho Araújo e Edna Maria Vasconcelos Araújo. O livro apresenta capítulos escritos por professores de língua inglesa atuantes em Fortaleza e que representaram importante empreitada no resgate da memória do ensino da língua na cidade. Um dos capítulos foi escrito pela professora do IFCE, Sarah Virginia Carvalho Ribeiro, e ao qual deu o título “Yes, Nós Temos Língua Inglesa no IFCE”.

O objetivo do capítulo de Ribeiro (2015) foi evidenciado pela autora: “foi-me solicitado que escrevesse não somente sobre a história da língua inglesa na instituição, mas também um pouco sobre minha formação e história como professora desse idioma” (RIBEIRO, 2015, p. 52). Portanto, trata-se de um relato de experiência que, evidentemente, apresenta um recorte reduzido da história do ensino da língua inglesa no IFCE haja vista ser uma exposição que utiliza mais da memória da autora e menos de fontes de natureza primária, ainda que documentos oficiais tenham sido referenciados.

Ribeiro (2015) destaca suas experiências como professora de língua inglesa na então Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE) a partir de sua admissão por concurso público em 1993. Ela também relata suas experiências na institucionalidade Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE), instaurada pela Lei nº 8.948, transformando gradativamente as ETFs em CEFETs a partir de 8 de dezembro de 1994. Finalmente, ela descreve alguns aspectos do ensino de língua inglesa na institucionalidade IFCE a partir da publicação da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008.

Segundo Ribeiro (2015), após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, na qual o ensino técnico profissional se tornou equivalente ao ensino médio, os primeiros registros da obrigatoriedade do ensino de língua inglesa na instituição remontam ao ano de 1962, com “inglês sendo ofertado como disciplina regular para os estudantes do curso de serralheria e tipografia em nível de aprendizes” (RIBEIRO, 2015, p. 62). Os primeiros professores de inglês foram Clóris Randal Janja e José Araújo Correia quando a institucionalidade era Escola Técnica Federal do Ceará em 1962.

Ribeiro (2015) destaca que a abordagem utilizada para o ensino da língua inglesa nas Escolas Técnicas Federais era a chamada *English for Specific Purposes* (ESP), também conhecida como Inglês Instrumental. Em face da necessidade de atualização constante de informações relacionadas com o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, a referida abordagem foi desenvolvida durante a década de 1970 pelo Projeto Nacional Ensino de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras (o Projeto ESP) capitaneado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade de São Paulo (USP) com o suporte do *British Council*, do Ministério da Educação e de linguistas britânicos e estadunidenses. A abordagem Inglês Instrumental prioriza o desenvolvimento da habilidade de leitura no processo de ensino-aprendizagem “através das estratégias de leitura para capacitar alunos de diferentes cursos a ler e entender textos acadêmicos referentes à sua área de atuação” (RIBEIRO, 2015, p. 53).

Por outro lado, Ribeiro (2015) aponta para a versatilidade de abordagens pedagógicas utilizadas pelos professores da língua no IFCE atualmente, uma vez que existem desde cursos técnicos e tecnológicos, nos quais aplica-se a abordagem instrumental; passando por cursos técnicos que exigem maior proficiência na língua, como o curso técnico de guia de turismo, no qual a abordagem comunicativa é utilizada; além do ensino médio integrado ao técnico, voltado para as necessidades do Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujo foco é interpretação de textos (RIBEIRO, 2015, p. 63).

Ribeiro (2015) também ressalta o processo de internacionalização do então CEFETCE a partir de 2005 com projetos de extensão na área de turismo em parceria com faculdades canadenses. Em 2009, já sob a institucionalidade IFCE, é criada a Coordenadoria de Relações Internacionais, responsável, dentre outras atribuições, por sistematizar a política linguística da instituição, como também promover programas de intercâmbio para estudantes do IFCE e estudantes estrangeiros, em parcerias em que se destacam as iniciativas da Embaixada dos Estados Unidos e de centros binacionais como o Instituto Brasil-Estados Unidos (RIBEIRO, 2015, p. 55).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os achados expostos aqui são oriundos da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), “Percurso Histórico do Ensino da Língua Inglesa na Educação Profissional e Tecnológica Desenvolvida no IFCE”, ainda em sua fase inicial, recém egressa do seu exame de qualificação. Concentramo-nos somente na pesquisa bibliográfica como método de coleta de dados em nossa investigação historiográfica. O estudo será complementado por meio de pesquisa documental.

Articulamos os princípios pedagógicos e filosóficos das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica preconizadas atualmente no Brasil, como a formação humana integral, com a trajetória histórica do ensino da língua inglesa no IFCE. Apesar de esses princípios apontarem para a diversidade e constarem inclusive em documentos oficiais da instituição, como a política linguística do IFCE, resolução nº 103, de 04/12/19, constatamos que, na prática histórica e atual, o ensino da língua inglesa tem prevalecido sobre outras línguas estrangeiras. Ao seguir as pistas dadas por Phillipson (1992, 2010) quando conceituou imperialismo linguístico, desvelamos também que tem havido influência direta e indireta tanto de órgãos governamentais e empresas estadunidenses para o fomento do ensino da língua inglesa ao redor do mundo, particularmente no IFCE, quando Ribeiro (2015) nos apontou as experiências de intercâmbio cultural com agências internacionais, especialmente dos Estados Unidos.

Contudo, acreditamos em um currículo plurilíngue, como a própria política linguística da instituição defende, porquanto haveria nessa concepção o reconhecimento

inerente das diferentes culturas que se expressam por meio das diferentes línguas ao redor do mundo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela de Alencar Carvalho; ARAÚJO, Edna Maria Vasconcelos M. (Org.). **Yes, Nós Temos Memória!** Fortaleza: Edições UFC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP NCNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2021-pdf/167931-rcp001-21/file>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GOMES, Rodrigo Belfort. **Americanismo e antiamericanismo:** o ensino de inglês no Brasil de 1931-1951. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Resolução nº 103, de 4 de dezembro de 2019.** Aprova a Política Linguística do IFCE e estabelece os princípios norteadores para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, que envolvem a aprendizagem e o uso linguístico na comunidade acadêmica. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/resolucoes/2019-2/resolucao-no-103.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A geopolítica do inglês.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Luis Eduardo Meneses de. **A Instituição do Ensino de Línguas Vivas no Brasil:** o caso da língua inglesa (1809-1890). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism.** Oxford: Oxford University Press, 1992.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism continued.** New York: Routledge, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, Sarah Virginia Carvalho. Yes, Nós temos língua inglesa no IFCE. In: ARAÚJO, Angela de Alencar Carvalho; ARAÚJO, Edna Maria Vasconcelos M. (org.). **Yes, Nós Temos Memória!** Fortaleza: Edições UFC, 2015.